



## SJBA realiza palestra com o tema “Agrotóxicos e seus impactos na saúde e meio ambiente”

## Discriminação x Assédio: existe diferença? Informe-se!



**• CICLO DE PALESTRAS DA SJBA 2022**

**Agrotóxicos e seus impactos na saúde e meio ambiente**

**PALESTRANTES:**  
- Osvaldo Aurélio Magalhães de Santana | Médico | CIATOX  
- Ruy Muricy de Abreu | Engenheiro Agrônomo | FBCA

27 de abril  
14 horas

Transmissão: Microsoft Teams

DIREF, SECAD, NUCGP e NucGE. Desta vez, o tema abordado será “Agrotóxicos e seus impactos na saúde e meio ambiente”.

O evento, que é direcionado para todo o corpo funcional, traz importantes informações a fim de ampliar o conhecimento sobre os malefícios do uso de agrotóxicos para a saúde humana e ambiental e maneiras de enfrentar o problema e preservar a nossa saúde. Segundo pesquisas, o Brasil vem sendo o país com maior consumo desses produtos desde 2008, decorrente do desenvolvimento do agronegócio no setor econômico.

e Atendimento Toxicológico (CIATOX), graduado em Medicina pela Universidade Federal da Bahia/UFBA, com especialização em Saúde Pública pela Universidade de Ribeirão Preto/SP, Medicina do Trabalho pela Universidade de São Francisco/SP e Higiene Ocupacional pela Universidade Federal da Bahia/UFBA e Ruy Muricy de Abreu, engenheiro agrônomo do Fórum Baiano de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos, Transgênicos e pela Agroecologia/FBCA, graduado em Engenharia Agrônoma pela Universidade Federal da Bahia/UFBA, Mestre em Geografia Igeu/UFBA, com especialização em Vigilância em Saúde Ambiental pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, tendo atuação em Meio Ambiente, Saúde do Trabalhador e Saúde Ambiental.

Para participar, não será necessário inscrição prévia, bastando acessar o calendário do aplicativo *Teams* ou o *link* que será divulgado por *e-mail* no dia da palestra. A DIREF, SECAD, NUCGP e NucGE convidam todos para mais uma relevante palestra.

Participe!

**Esta matéria está associada ao ODS 3 (Saúde e Bem-Estar) e 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes).**



A discriminação e o assédio no ambiente de trabalho são problemas diferentes, mas igualmente sérios. A discriminação ocorre quando há distinção que atente contra as condições de igualdade, dos direitos e das liberdades fundamentais. Já o assédio moral ou sexual se caracteriza por condutas abusivas que atinjam a integridade física ou psicológica de um indivíduo.

A discriminação no ambiente de trabalho acontece quando há distinção ou exclusão da vítima. O assédio pode ser entendido como conduta abusiva, extrema, proposital e frequente no ambiente de trabalho. Segundo a Constituição brasileira, todos são iguais perante a Lei, o que garante a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade e à segurança.

Pessoas discriminadas e/ou assediadas podem desenvolver quadros de depressão ou ansiedade irreversíveis. Para debater sobre o assunto e auxiliar no combate a esse mal, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) elaborou a cartilha “Assédio Moral, Sexual e Discriminação - Política de Prevenção e Enfrentamento no Âmbito do Poder Judiciário”.

Na Seção Judiciária da Bahia existe a Comissão de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Sexual e da Discriminação. Essa Comissão é empenhada em prevenir e combater qualquer tipo de assédio no âmbito da Justiça Federal da Bahia. Informações, orientações, esclarecimentos e denúncias de assédio podem ser realizadas pelo contato de *e-mail*: [combateaoassedio.ba@trf1.jus.br](mailto:combateaoassedio.ba@trf1.jus.br).

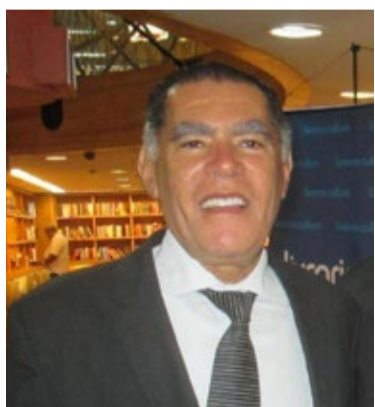
A Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação da SJBA atua de forma independente e autônoma. A Comissão tem como presidente a juíza federal titular da Vara única da SSJ de Teixeira de Freitas, Célia Regina Ody Bernardes e conta com o apoio da Direção do Foro. Ela também é composta por membros representantes das/os magistradas/os, servidores, terceirizadas/os e estagiárias/os, além de convidadas/os representantes do MPF/BA, DPU/BA e OAB/BA.

**Esta matéria está associada ao ODS 3 (Saúde e Bem-Estar) e 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes).**

Na próxima quarta-feira, 27/04, às 14h, via aplicativo *Microsoft Teams*, acontece mais uma palestra da Seção Judiciária da Bahia (SJBA) promovida pela

Para conversar sobre o assunto, a SJBA receberá os palestrantes convidados, Osvaldo Aurélio Magalhães de Santana, médico plantonista do Centro de Informação

## ESMAF promove o XVII Fórum Jurídico com palestra do desembargador federal Wilson Alves



que atuou como juiz convocado na Câmara Previdenciária da Bahia até sua nomeação como Desembargador Federal do TRF1, em 2019. O juiz federal Wilson Alves juntamente com o atual diretor da Esmaf, desembargador federal Souza Prudente são os coordenadores científicos nessa edição do Fórum Jurídico.

A abertura do evento ficará a cargo do desembargador federal Souza Prudente e a mediadora das palestras será a desembargadora federal Mônica Sifuentes, do TRF1.

O Fórum disponibilizará certificado de participação durante a transmissão. Não haverá necessidade de inscrição prévia.

Para mais informações envie *e-mail* para [esmaf@trf1.jus.br](mailto:esmaf@trf1.jus.br).

No dia 29 de abril, a Escola de Magistratura Federal da 1ª Região (Esmaf), promove o XVII Fórum Jurídico. Nesse ano, o evento terá como temática central “O Código de Processo Civil e a garantia da duração razoável do processo” e ocorrerá no formato *online* com transmissão, ao vivo, pelo canal da Esmaf da 1ª Região, no *Youtube*.

Um dos palestrantes convidados do XVII Fórum será o desembargador federal Wilson Alves, vice-diretor da ESMAF,

### Aniversariantes

**Hoje:** Pedro Braga Filho (Juiz Federal da 19ª Vara), Cecília Vicentini Ewald Lima (24ª Vara), Ricardo Figueiredo Lima (7ª Vara), Giovanna Gomes Miranda (Jequié).  
**Amanhã:** Rosana Noya Alves Weibel Kaufmann (Juíza Federal da 6ª Vara), Andrea Braga Di Tullio Gomes (10ª Vara), Soloney Lopes Valois (Nucom), Raimundo Santana Oliveira Júnior (Teixeira de Freitas).

**Parabéns!**

## Pesquisa sobre “Percepção e Avaliação do Poder Judiciário Brasileiro” já está disponível no site do CNJ

Desde ontem até o dia 18 de maio, cidadãos(as), advogados(as), defensores(as) públicos(as) e membros do Ministério Público, poderão responder à pesquisa sobre “Percepção e Avaliação do Poder Judiciário Brasileiro”. O formulário da pesquisa já se encontra disponível no *site* do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e é uma iniciativa do CNJ por meio do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ), com apoio do Laboratório de Inovação de ODS (LIODS/CNJ) e cooperação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

O objetivo é realizar diagnóstico da percepção do público quanto ao serviço prestado pelo Poder Judiciário, por meio da coleta de opinião sobre funcionamento e atividades desempenhadas. O trabalho está relacionado aos indicadores de desempenho do Macrodesafio “Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade”, que se encontra no escopo da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026.

Para acessar o formulário da pesquisa, disponível de 18/04 a 18/05, basta acessar o *link* <https://bit.ly/3qHOKGX>.

**EXPEDIENTE:** Coordenação-Geral: juiz federal Fábio Moreira Ramiro, diretor do Foro da Seção Judiciária da Bahia. Redação, fotos, distribuição, revisão e impressão: Serviço de Comunicação Social - SERCOM. Encarregada: Adriana Souza Daniel. Diagramação: Taiana Laiz Silva de Jesus. Telefones: (71) 3617-2616. Endereço: Av. Ulysses Guimarães, 2799 – CAB. CEP: 41213-000. Site: [portal.trf1.jus.br/sjba](http://portal.trf1.jus.br/sjba) E-mail: [jfh@trf1.jus.br](mailto:jfh@trf1.jus.br).